

Para: Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República.

De: José Carlos Neves.

Função: Director Pedagógico da Escola Profissional António Lago Cerqueira – Amarante.

Tema: Currículo dos Ensino Básico e Secundário – Cursos Profissionais

Data: 25 de Fevereiro de 2015.

Tópicos para debate / discussão:

1. Da (in)utilidade dos exames nacionais:

Com a publicação do Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Julho representou um passo atrás no acesso ao ensino superior dos alunos dos cursos profissionais. Pois, se olharmos para o que fez a equipa anterior julgo que não se aprendeu nada. Pois tinham criado uma situação idêntica, e posteriormente tiveram de a alterar, dada a desigualdade que estava assim criada.

Compreende-se a necessidade de certificação, de prestação de contas, que a sociedade exige, mas não pode ser de modo idêntico para este tipo de formação, e sim no sistema regular de ensino.

Esta situação leva-nos à questão dos conteúdos programáticos.

2. Programas das disciplinas / Conteúdos programáticos:

Os conteúdos programáticos das diversas disciplinas são os que estão estatuídos para o ensino regular nas disciplinas correspondentes.

Ora a carga horária das disciplinas nos cursos profissionais não são idênticas ao ensino regular. Tome-se como exemplo as disciplinas de Português, Matemática, Física e Química. Os resultados que os alunos obtêm em exame nacional não pode ser o mesmo. Primeiro porque as matérias leccionadas não têm a mesma profundidade no modo como são tratadas e, conseqüentemente, o grau de preparação não é o mesmo, pois a filosofia dos cursos profissionais é diferente, em resultado do número de horas de aula por semana / ano não é o mesmo, e pela articulação que tem de ser feita com as disciplinas práticas; segundo porque os alunos ao longo do percurso no ensino básico não foram devidamente preparados, não se tendo apropriado dos requisitos básicos, necessários, para enfrentar tal tarefa no percurso profissional secundário.

3. Falta de vontade em afirmar os cursos profissionais como uma alternativa válida e séria, e não como um local para depositar os «alunos que criam dificuldades» às

escolas do sistema regular. Continua-se com esta atitude a estarmos perante um sistema de ensino elitista. Naturalmente, que continuaremos a ouvir vozes que se levantam contra a incapacidade do sistema educativo dar resposta às necessidades do tecido empresarial, pois não reconhecem validade às escolas do ensino profissional. Ainda que as escolas, cada uma na sua região e junto do seu público faça um trabalho digno e meritório de promover a qualidade dos seus cursos, mas sobretudo dos seus técnicos que forma. Basta para tal ver a taxa de empregabilidade dos cursos e da boa fama que gozam junto de alguns empresários que apostam neste tipo de parceria para formação de técnicos e de reciclagem dos seus activos.

4. Inovação e Autonomia

Muito se tem falado de inovação e autonomia no currículo, mas sempre que alguma escola pretende alterar o currículo de qualquer um dos seus cursos, levantam-se uma série interminável de obstáculos que faz desanimar o mais audaz dos directores de qualquer escola profissional, não tanto por ineficácia dos serviços competentes na matéria, mas por dificuldade desses mesmos serviços em serem capazes de acompanhar essa vontade de inovar, pois esta situação « foge ao que está no manual de instruções» da tarefa que cada técnico tem de desempenhar.

5. A rede de oferta educativa e formativa:

A liberdade de escolha de cursos para a sua escola, por parte dos directores das escolas profissionais, está limitada a uma lista de opções que não reflecte as necessidades do mercado de trabalho. Será caso para questionar se quem elaborou tal tabela tinha à sua disposição toda a informação, ou se foi feita de modo aleatório, com base em dados que se encontravam arquivados nos serviços centrais.